

Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Curso de **DIREITO CIVIL**

22^a
Edição

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

Parte Geral e LINDB

1

2024

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfnando_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de
Curso de Direito Civil - v.1 - Parte Geral e LINDB / Cristiano Chaves de Farias e Nelson
Rosenvald – 22.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
976 p. (Coleção Cursos)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4931-4

1. Direito Civil. 2. LINDB. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosenvald, Nelson. III. Título.

CDD 342.1

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Palavras Prévias 22ª edição.....	29
Apresentação	31
Prefácio	33
Capítulo I	
Introdução ao Direito Civil	35
1. Noções conceituais sobre o direito e a ciência do direito.....	36
2. Acepções da palavra direito.....	39
2.1 Noções gerais.....	39
2.2 Direito objetivo e direito subjetivo.....	40
2.3 Direito potestativo	42
2.4 Direito positivo (e pós-positivismo jurídico) e o direito consuetudinário: as duas grandes tradições jurídicas mundiais.....	44
2.5 Direito natural.....	47
3. Instrumentos de Controle Social.....	48
4. Divisão do Direito (A clivagem entre o Direito público e o Direito privado).....	49
5. O Problema da Unificação do Direito Privado e a Evolução da Codificação no Direito Civil Brasileiro.....	53
6. O Código Civil de 2002 e os seus Paradigmas (os valores da codificação brasileira)	57
6.1 Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002	57
6.2 A nova técnica normativa do Direito Civil brasileiro: as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados no Código Civil de 2002	58
6.3 A socialidade	61
6.4 A eticidade	63
6.5 A operabilidade ou concretude.....	67
7. Conceito (Constitucionalizado) de Direito Civil e a sua Sistematização.....	68
8. Procurando Um Significado para A Constitucionalização do Direito Civil e a Civilização do Direito Constitucional.....	72
9. A Aplicação dos Direitos Fundamentais (Constitucionais) nas Relações Privadas (A Chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais).....	83
10. A Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais no Âmbito das Relações de Direito Civil (eficácia supralegal das convenções internacionais ou convencionalização do direito civil)	88
11. A eficácia (horizontal) dos Direitos Sociais nas Relações Privadas e a tese do Estado de Coisas Inconstitucional – ECI	92

12. O Diálogo das Fontes como Mecanismo de Aplicação das Normas de Direito Privado....	96
13. Os Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas.....	101
13.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: a dicotomia estrutural das regras e dos princípios.....	101
13.2 A distinção entre texto, norma, interpretação e aplicação	105
13.3 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras	106
13.4 O que são os princípios normativos?	109
13.5 Um estranho no ninho: os princípios fundamentais, os princípios gerais e os <i>postulados</i>	112
13.6 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito Civil.....	116
13.7 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	120
14. A aplicação do Direito Civil e os desacordos morais razoáveis.....	126

Capítulo II

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	129
1. Noções Gerais.....	130
2. As Fontes do Direito.....	134
2.1 Considerações introdutórias.....	134
2.2 Fontes materiais, formais e não formais.....	134
2.3 Fontes imediatas e mediatas.....	135
3. Interpretação das Normas	139
4. A Necessária e cuidadosa distinção entre Texto, Norma, Interpretação e Aplicação.....	146
5. Integração das Normas.....	147
6. Vigência das Normas	156
7. A Obrigatoriedade das Normas.....	164
8. A Eficácia das Leis no Tempo	167
9. Eficácia das Leis no Espaço.....	174
9.1 A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada (moderada)...	174
9.2 O respeito à ordem jurídica brasileira como filtro para a admissão da legislação ou homologação da decisão estrangeira no território nacional.....	177
9.3 A aplicação da sentença ou do laudo arbitral estrangeiro e a necessidade de <i>exequatur</i> (homologação) do Superior Tribunal de Justiça.....	179
9.4 Prova dos fatos ocorridos no exterior	185
9.5 O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias).....	186

10. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a segurança jurídica das relações com a administração pública.....	189
10.1 Proibição de decisão baseada em valores jurídicos abstratos nas esferas administrativa, controladora e judicial	189
10.2 Indicação expressa dos efeitos da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa	192
10.3 Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública	193
10.4 Decisões sancionatórias (punitivas) ou de validade e sua necessária dosimetria	194
10.5 Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público e a modulação eficaz.....	196
10.6 Respeito à confiança: revisões relativas à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa devem se submeter à norma do tempo de sua celebração	198
10.7 Compromisso de ajustamento de conduta para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa	200
10.8 Possibilidade de imposição de compensação	201
10.9 Responsabilidade civil do agente público	202
10.10 Possibilidade de consultas públicas	207
10.11 Instrumentos para maximizar a segurança jurídica	208

Capítulo III

A Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade	209
1. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro	210
2. A Pessoa	215
2.1 Generalidades	215
2.2 Espécies de pessoas	216
3. A Personalidade Jurídica	218
4. Os Direitos da Personalidade	221
4.1 Breve esboço histórico	221
4.2 Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do Direito Civil-Constitucional	222
4.3 Fontes	224
4.4 Características	226
4.5 As liberdades públicas e os direitos da personalidade	231
4.6 A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a <i>liberdade de imprensa</i> , ou a <i>liberdade de expressão</i> , e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do <i>hate speech</i>) e o direito de resposta	232

4.7	Aliberdade de expressão, os direitos da personalidade e a publicação das biografias não autorizadas.....	240
4.8	Existiria um direito (da personalidade) ao esquecimento?.....	244
4.9	A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade.....	248
4.10	A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos.....	257
4.11	Classificação dos direitos da personalidade.....	261
4.11.1	Noções gerais: não taxatividade dos direitos da personalidade.....	261
4.11.2	Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade.....	263
4.11.3	Proteção da dignidade da pessoa humana e o combate ao <i>bullying</i>	264
4.11.4	Direito à integridade física.....	265
4.11.5	Direito à integridade psíquica (moral).....	299
4.11.6	Direito à integridade intelectual.....	329
5.	O Nome Civil.....	344
5.1	Noções conceituais e características.....	344
5.2	O registro público do nome civil em cartório e a compatibilização com a sua natureza personalíssima.....	347
5.3	Elementos componentes do nome civil.....	350
5.4	O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil.....	353
5.5	Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil.....	361
5.6	A tutela jurídica do nome civil (procedimento para a proteção do nome).....	367
5.7	O uso de nome social.....	368
5.8	O nome comercial.....	369
5.9	A tutela jurídica do nome civil.....	370

Capítulo IV

A Pessoa Natural	373
1. Noções Conceituais sobre a Pessoa Natural.....	374
2. O Início da Pessoa Natural.....	376
3. O Tratamento Jurídico do Nascituro.....	377
4. Há Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez?.....	387
5. O Tratamento Jurídico do Embrião Laboratorial (<i>in vitro</i>).....	389
6. A Capacidade Civil: A Capacidade de Fato (ou de Exercício), a Capacidade de Direito (ou de Gozo) e a Teoria das Incapacidades.....	391

6.1	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	391
6.2	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	392
6.3	A capacidade de direito e a capacidade de fato	392
6.4	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	393
6.5	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	400
6.6	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	406
6.7	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	414
6.8	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	420
6.9	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	421
6.10	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	424
6.10.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional)	424
6.10.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatelar situações existenciais)	426
6.10.3	A ação de curatela.....	430
6.10.4	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela...	448
6.11	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	449
7.	A Cessação da Incapacidade e a Emancipação.....	450
8.	O Estado Civil da Pessoa Natural	456
9.	A Extinção da Pessoa Natural: A Morte.....	459
9.1	Noções gerais.....	459
9.2	A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	462
9.3	A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	463
9.4	O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	466
9.5	A comoriência	473
9.6	A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	476
10.	Domicílio da Pessoa Natural (Foro).....	483

Capítulo V

A Pessoa Jurídica	489
1. Noções Preliminares: do Reconhecimento da Personalidade Jurídica a Agrupamentos Humanos à Função Social da Empresa (A pessoa jurídica Na Perspectiva Constitucional da Empresarialidade Responsável)	490
2. Escorço Histórico	495

3. Conceito e Elementos Caracterizadores.....	496
4. Características.....	498
5. Natureza Jurídica.....	500
6. Classificação.....	501
6.1 Quanto à nacionalidade.....	501
6.2 Quanto à estrutura interna.....	502
6.3 Quanto às funções exercidas.....	517
7. Começo da Existência da pessoa jurídica e a prática de atos jurídicos, inclusive por meio eletrônico.....	522
8. Grupos Despersonalizados (ou Entes Despersonalizados).....	525
9. Personalidade e capacidade da pessoa jurídica: direitos da personalidade de pessoa jurídica?.....	528
10. Domicílio.....	532
11. Responsabilidade Civil e Penal da Pessoa Jurídica.....	534
11.1 Noções gerais e teoria da aparência.....	534
11.2 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público.....	537
11.3 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado.....	548
11.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	551
12. Modificação da Pessoa Jurídica.....	553
13. Extinção da Pessoa Jurídica.....	554
14. Desconsideração da Personalidade Jurídica (<i>disregard doctrine</i>).....	557
14.1 Noções conceituais e fundamento.....	557
14.2 Breve referência histórica.....	559
14.3 Noções conceituais.....	561
14.4 As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica.....	562
14.5 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica.....	566
14.6 A desconsideração da personalidade jurídica no sistema jurídico brasileiro.....	570
14.7 Desconsideração inversa.....	573
14.8 O caráter episódico do <i>disregard doctrine</i>	575
14.9 Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	575
14.10 A desconsideração da personalidade jurídica e as <i>offshore companies</i>	580
14.11 Desconsideração da personalidade jurídica e os atos <i>ultra vires</i>	581
14.12 A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	582
14.13 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Famílias.....	582
14.14 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Sucessões.....	584
14.15 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito do Direito do Trabalho.....	585

14.16 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito da Administração Pública	588
14.17 Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extrajudicial de instituições financeiras	590
14.18 Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica.....	590
14.19 Desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	591

Capítulo VI

Os Bens Jurídicos	593
1. Considerações Gerais: o Objeto das Relações Jurídicas	594
2. Bem e Coisa: Divergências e Aproximações.....	598
3. Patrimônio Jurídico.....	600
4. Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana.....	603
5. Classificação	607
5.1 Generalidades	607
5.2 Bens corpóreos e incorpóreos.....	608
5.3 Bens móveis e imóveis.....	608
5.4 Bens fungíveis e infungíveis	612
5.5 Bens consumíveis e inconsumíveis	614
5.6 Bens divisíveis e indivisíveis.....	615
5.7 Bens singulares e coletivos	616
5.8 Bens principais e acessórios	617
5.9 Bens públicos e privados	624
5.10 Bens no comércio e fora do comércio	626
6. O Bem de Família.....	629
6.1 O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial)	629
6.2 O bem de família no direito brasileiro	630
6.2.1 A dualidade de regimes.....	630
6.2.2 O valor família e a proteção do imóvel do devedor sozinho	632
6.2.3 Natureza jurídica do bem de família	634
6.3 O bem de família convencional	634
6.3.1 Noções conceituais	634
6.3.2 Extensão da proteção	635
6.3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	636
6.3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional	637

6.3.5	Duração.....	637
6.3.6	A questão da solvência do instituidor.....	638
6.3.7	O Ministério Público e o bem de família.....	638
6.4	O bem de família legal.....	639
6.4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	639
6.4.2	Alargamento do objeto	641
6.4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	645
6.4.4	Característica do bem de família legal.....	645
6.4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	646
6.4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal	651
6.4.7	Retroatividade.....	659
6.4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	660
6.4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor	661
6.5	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa sozinha	663

Capítulo VII

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos.....	667
1. Considerações Preliminares.....	668
2. Distinção entre Fato Jurídico e Fato Material (Ajurídico) e a Lógica do Mundo Jurídico...	669
3. Definição do Fato Jurídico.....	670
4. Classificação dos Fatos Jurídicos.....	672
5. Os Diferentes Planos do Mundo Jurídico.....	673
6. Consequências dos Fatos Jurídicos	675
6.1 Generalidades.....	675
6.2 Aquisição de direitos.....	675
6.3 Modificação dos direitos	677
6.4 Defesa dos direitos	677
6.5 Extinção dos direitos.....	678
7. Fato Jurídico em Sentido Estrito.....	678
8. Ato-Fato Jurídico.....	680

9. Ato Jurídico.....	681
10. Negócio Jurídico.....	684
10.1 Noções gerais.....	684
10.2 Definição.....	685
10.3 Características e breve esboço evolutivo.....	686
10.4 Classificação.....	689
10.5 Regras de interpretação do negócio jurídico.....	692
10.6 Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico.....	697
10.7 Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência).....	698
10.8 Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade e anulabilidade) do negócio jurídico.....	700
10.8.1 Considerações gerais sobre o plano da validade.....	700
10.8.2 Os requisitos da validade.....	700
10.8.3 A representação no negócio jurídico.....	702
10.8.4 A invalidade do negócio jurídico.....	710
10.8.5 A conservação dos atos e negócios jurídicos (aproveitamento da vontade): ratificação, redução parcial e conversão substancial.....	719
10.8.6 A simulação.....	725
10.9 Plano da eficácia e seus fatores.....	729
10.9.1 Generalidades.....	729
10.9.2 Condição.....	730
10.9.3 Termo.....	732
10.9.4 Modo ou encargo.....	733
10.10 Defeitos do negócio jurídico.....	734
10.10.1 Generalidades.....	734
10.10.2 Erro ou ignorância.....	735
10.10.3 Dolo.....	741
10.10.4 Coação.....	744
10.10.5 Lesão.....	746
10.10.6 Estado de perigo.....	752
10.10.7 Fraude contra credores ou Fraude Pauliana.....	754
10.11 O negócio jurídico e a proteção do terceiro de boa-fé.....	769
10.12 A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos (autonomia privada no âmbito do processo civil).....	770
11. O Fato Ilícito.....	773
11.1 Advertência prévia.....	773

11.2	Noções conceituais.....	774
11.3	Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude	776
11.4	Tutela preventiva e tutela reparatória da ilicitude.....	777
11.5	Excludentes de ilicitude.....	779
12.	O Abuso do Direito.....	780
12.1	Noções introdutórias e referências históricas	780
12.2	O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva	783
12.3	Reconhecimento e efeitos do abuso de direito.....	787
12.4	O abuso de direito e o Código Civil (CC, art. 187).....	787
12.5	Modalidades específicas de atos abusivos (figuras parcelares do abuso do direito).....	792
12.5.1	Generalidades	792
12.5.2	A proibição de comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>).....	793
12.5.3	A <i>suppressio</i> (<i>Verwirkung</i>) e a <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>)	796
12.5.4	O <i>tu quoque</i>	800
12.5.5	O duty to <i>mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas).....	803
12.5.6	O <i>substantial performance</i> (a tese do inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial).....	804
12.5.7	A violação positiva de contrato (tese do adimplemento fraco ou ruim)	807
12.6	O abuso de direito em concreto (aplicação prática).....	812

Capítulo VIII

Prescrição e Decadência	815
1. Generalidades sobre o tempo nas relações jurídicas.....	816
2. A Prescrição.....	818
2.1 Noções conceituais.....	818
2.2 Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia	823
2.3 A questão da <i>actio nata</i> e o início da contagem dos prazos prescricionais.....	825
2.4 As causas suspensivas e impeditivas da prescrição e a teoria <i>contra non valentem</i>	828
2.5 As causas interruptivas da prescrição.....	834
2.6 Alegação de prescrição.....	839
2.7 A prescrição, a pretensão, a ação e a exceção substancial	844
2.8 Prescrição intercorrente.....	845
2.9 Os prazos prescricionais no Código Civil e a imprescritibilidade de algumas pretensões.....	850

2.10 Prescrição em matéria tributária.....	854
2.11 A prescrição em sede de Direito Administrativo e o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	855
2.12 A prescrição na tutela jurisdicional coletiva (ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa)	858
3. A Decadência	860
3.1 Noções gerais.....	860
3.2 Espécies de decadência.....	862
3.3 Alegação da decadência	863
4. Distinção entre Prescrição e Decadência	864
5. Prescrição e Decadência e o Direito Intertemporal.....	869

Capítulo IX

A Prova do Negócio Jurídico (A Prova Civil e as suas Dimensões)	871
1. Escorço Histórico e Importância	872
2. Noções Conceituais	874
3. Prova e Verdade: Reminiscências Imprescindíveis.....	875
4. Direito Constitucional à Prova Civil	878
5. Natureza Jurídica das Leis Referentes à Prova: a Combinação das Regras do Código Civil com o Código de Processo Civil de 2015.....	879
6. O Objeto da Prova.....	881
7. O Ônus da Prova.....	883
7.1 Generalidades e a Teoria da Carga Probatória Dinâmica.....	883
7.2 O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	886
8. A Admissibilidade da Prova Emprestada	888
9. O Juiz e a Atividade Probatória (os Poderes do Juiz na Produção de Provas e a admissibilidade de provas atípicas, como a prova cibernética e a análise da linguagem corporal).....	890
10. A Prova do Direito Estrangeiro Quando Admitida a sua Aplicação	892
11. A Questão da Prova Ilícita à Luz da Técnica de Ponderação dos Valores Constitucionais	894
12. Licitude da Gravação de Conversa por um dos Interlocutores	898
13. A Interceptação Telefônica e a sua Excepcional Admissibilidade em Sede Civil.....	899
14. Possibilidade de Requisição de Documentos e Informações Resguardadas por Sigilo Legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às Instituições Bancárias	901
15. A Revelia e a Prova.....	902
16. A Confissão	903
16.1 Generalidades	903

16.2	Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto)	904
16.3	A anulabilidade da confissão	905
16.4	A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados	906
16.5	A possibilidade de confissão pelo representante da parte	906
16.6	Não vinculação do magistrado à confissão	907
17.	Prova Documental	908
17.1	Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos	908
17.2	Documento público	910
17.3	O documento particular	911
17.4	O telegrama e sua força probatória	914
17.5	Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial	915
17.6	Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimento de prova	916
17.7	Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul	917
17.8	Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais	919
17.9	Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental	920
17.10	Livros e fichas dos empresários e empresas	921
18	Prova Pericial	922
18.1	Generalidades	922
18.2	Possibilidade de recusa à perícia médica	924
18.3	Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia	925
18.4	Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade)	926
18.5	A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil	928
19.	Prova Testemunhal	930
19.1	Noções gerais e a Curva do Esquecimento (ou <i>Curva de Ebbinghaus</i>)	930
19.2	Admissibilidade da prova testemunhal	932
19.3	O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes	933
19.4	A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos	934
19.5	Depoimento de uma única testemunha como meio de prova	934

19.6 O depoimento especial de criança ou adolescente.....	935
19.7 Condições de admissibilidade das testemunhas	936
19.8 A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho.....	942
20. A ata notarial	947
Bibliografia	949